

Antônio Carlos adverte PMDB para risco do impasse

Arquivo — 27/4/83 — Carlos Mesquita

O ex-Governador Antônio Carlos Magalhães advertiu os grupos do PMDB, que já anunciaram o propósito de tentar desestabilizar o candidato pedessista à Presidência da República, entre setembro (convenção nacional do PDS) e janeiro (reunião do Colégio Eleitoral), que “um impasse irreversível, no último momento do atual processo sucessório, poderá ser pior para as oposições do que as eleições indiretas”.

— A campanha oposicionista pelas eleições diretas tem um limite. Viradas de mesa não serão admitidas, porque o Governo está em condições, se qualquer perturbação política vier a se desenhar no futuro, de fazer valer a Constituição — acrescentou o ex-Governador da Bahia. Antônio Carlos garantiu que o Presidente João Figueiredo, com quem esteve, há duas semanas, continua aberto à negociação, “mas sem aceitar imposições de quem quer que seja”.

O dia 26

Antônio Carlos nega-se a considerar viável — se a dissidência do PDS no Senado e Câmara continuar a crescer — a aprovação pelo Congresso da emenda Dante de Oliveira, que restabelece as eleições diretas já:

— Essa emenda para mim está derrotada. Dentro de uma lógica, depois dela, haverá maior rebeldia no PMDB do que no PDS. Isso porque, na sequência de um pragmatismo responsável, uma grande parte do partido oposicionista irá se definir pelas regras vigentes na Constituição. Como um outro grupo, talvez menor, mas bem ativo, vai insistir na continuação da campanha pelas eleições diretas, tal fato criará um profundo fosso no PMDB.

— Mas se os seus cálculos e informações falharem e o país amanhecer dia 26 sob o signo das eleições diretas?

— Nesse caso, outros falarão por mim. Prefiro, contudo, acreditar que as eleições diretas só serão adotadas para o sucessor do sucessor do Presidente João Figueiredo, com base em emenda constitucional que o Palácio do Planalto elabora. Não tenho dúvidas, por outro lado, de que existem nas oposições lideranças amadurecidas, como a do Governador Tancredo Neves, que não apostarão jamais no caos.

A opção

Depois de destacar que a sua opção pela candidatura Mário Andreazza levou em conta,



Antônio Carlos acha que o PMDB se divide depois do dia 25

não só os interesses regionais do Nordeste — “seguimos, na Bahia, uma tendência que acabara de ser consolidada pelo apoio aberto de seis Governadores” —, mas, também, “a sabida experiência administrativa” do Ministro do Interior, Antônio Carlos afirmou:

— Como político busquei também um nome comprometido com os ideais partidários das lideranças do PDS. Nas reuniões que vem mantendo com sua coordenadoria, Andreazza já se definiu por um Governo eminentemente político, com efetiva participação partidária. Uma definição através da qual pretende mostrar que os quadros do PDS estão em condições, em todos os campos, de suprir as necessidades administrativas do país, que exigem, ao mesmo tempo, a continuidade do combate à inflação, mas sem o prolongamento das atuais medidas recessivas.

— Andreazza é, afinal, o candidato do Presidente da República? E espera, pelo menos, o seu apoio velado?

— Não posso falar pelo Presidente. Sua posição há de ser, tanto quanto possível, de

isenção. Mortal, o Presidente tem, naturalmente, sua preferência pessoal e isso é compreensível. Essa história, porém, de que sem apoio público ou velado a candidatura de Andreazza não subsiste, é, no mínimo, infantil. Como político eu entendo apenas que nenhum Ministro de Estado se lançaria candidato se não soubesse que isso, pelo menos, agrada ao Presidente.

— A coordenação de Andreazza procura situá-lo como já vitorioso, embora existam dados indicando que o Deputado Paulo Maluf teria hoje as preferências da convenção do PDS. A que leva essa estratégia?

— Nós, da coordenadoria de Andreazza, preferimos pisar sempre com os pés no chão. Em verdade, a candidatura Mário Andreazza pode ser considerada hoje como amplamente majoritária. Lastreia-se em grandes expressões de liderança política e conta hoje, matematicamente, com uma diferença de 120 votos para o seu competidor mais próximo, que é o Deputado Paulo Maluf. O ex-Governador de São Paulo é que, embora sabendo da realidade,

insiste, direta ou indiretamente, em não reconhecer a sua efetiva situação. Pensa, com certeza, em repetir a sua experiência de 78, na convenção da ex-Arena paulista. Só que agora, os dados são outros e os métodos bem mais conhecidos.

O hiato

Sobre uma possível inviabilização do candidato do PDS, no hiato que vai se estender da convenção nacional do partido (em setembro) à reunião do Colégio Eleitoral (em janeiro de 1985), Antônio Carlos foi taxativo:

— O vencedor da convenção do PDS ganha no Colégio. O partido sempre fecha com os vitoriosos e esta é uma regra poucas vezes contrariada. Ninguém hoje pode, ainda, prever o comportamento das oposições no Colégio Eleitoral. A lógica indica que a posição oposicionista não será uniforme e que os não radicais deverão participar do Colégio e até votar no candidato do partido majoritário.

O ex-Governador da Bahia não crê num quinto nome para candidato do PDS e explica:

— Dizer que não passa pela cabeça de muitos a esperança de ser o quinto nome seria irreal. Acreditar nessa possibilidade, no entanto, seria uma profecia extremamente otimista. O quadro de candidaturas, fixado em quatro nomes, tende até a decrescer, no curso de eventuais composições e de desistências de que os fatos, daqui em diante, se encarregarão de ditar. O processo sucessório caminha inevitavelmente para uma polarização e a sua intensificação o tempo se encarregará de ditar.

O ex-Governador da Bahia discorda das lideranças oposicionistas que alegam a falta de interlocutores habilitados dentro do Governo para fugir a qualquer compromisso com futuras negociações políticas:

— Nenhum interlocutor dentro do Governo tem tantas qualificações como o Presidente João Figueiredo. Mas todas as suas tentativas de iniciar um diálogo proveitoso e respeitoso com a nação esbarraram na intransigência das oposições. Interlocutor, assim, existe. O que não se vislumbra no horizonte político do país é a humildade necessária dos que pensam que as Constituições devem ser mudadas a cada impulso de pressão das ruas ou que os Governos têm de ceder tudo na força do grito dos insensatos.

ROGÉRIO COELHO NETO